

Carta Educativa do concelho de Montalegre – informação complementar

1. Fragilidades e potencialidades do Município

A localização periférica do município de Montalegre, agravada pelas deficientes acessibilidades, nomeadamente à rede de auto-estradas e IP's, contribui para o isolamento do concelho e constitui uma fragilidade óbvia. Adicionalmente, a orografia difícil, conjugada com as deficiências da rede viária interna, conduzem a que áreas significativas sofram de isolamento relativamente ao concelho.

Este é um concelho eminentemente rural em que a actividade agrícola ainda é predominante e a actividade industrial tem expressão reduzida, enquanto que o peso do sector terciário, sobretudo na área do comércio e restauração e dos serviços de natureza social, tem vindo a aumentar. De acordo com as estatísticas do INE sobre população residente empregada segundo o sector de actividade, o peso do sector Primário tem vindo a diminuir de forma acentuada (75% da população empregada em 1981 para cerca de 27% em 2001, percentagem idêntica à do sector Secundário neste último ano), enquanto que a importância do sector Terciário apresenta tendência inversa, sendo o sector dominante em 2001 (46% da população empregada residente). Também nesta vertente é um concelho heterogéneo, com freguesias profundamente rurais (com percentagens da população empregada no sector Primário superiores a 70% em 2001, como Fervidelas, Gralhas ou Sarraquinhos) em contraste com outras em que a actividade terciária é já preponderante, como a da sede do concelho (82% da população residente empregada em 2001).



Sob o ponto de vista do povoamento, este é ainda bastante disperso, com cerca de 55% da população a residir em lugares com menos de 100 habitantes em 2001. Todos os aglomerados urbanos, com excepção da sede do concelho, perderam população desde 1981, e na década de 90, apenas Salto apresenta uma variação intercensitária positiva. Em termos de dinâmicas urbanas, verifica-se uma tendência moderada de concentração da população na sede do concelho cujo peso relativo aumenta de 9%, em 1981, para 14%, em 2001, e, em muito menor escala, em Salto que sobe na hierarquia da 4ª posição, em 1981, para a 2ª, em 2001 (3% e 5% da população total do concelho, respectivamente). Esta muito limitada dinâmica de concentração urbana, conjugada com as tendências demográficas negativas dos aglomerados urbanos existentes, cria óbvias dificuldades à concepção de uma rede de serviços, nomeadamente de educação, capaz de responder adequadamente às necessidades de populações dispersas e sem massa crítica para viabilizar uma oferta de proximidade.

Também sob o ponto de vista demográfico são patentes as debilidades do concelho de Montalegre que perdeu, nos últimos 40 anos, mais de 60% da sua população e cerca de 17% na década 1991-2001.

Nesta última década, a Taxa de Natalidade caiu de 8.7% para 5.5%, enquanto que a Taxa de Mortalidade subiu de 14.6% para 16.6%. Neste mesmo período, o número de nados vivos, com tendência decrescente, foi sempre inferior ao número de óbitos, do que resulta um saldo fisiológico negativo e, portanto, uma não substituição de gerações. Este facto, conjugado com a forte emigração que afecta sobretudo os estratos da população jovem, conduz não só às quebras populacionais referidas como também ao progressivo envelhecimento da população residente cuja pirâmide etária se vai estreitando na base, particularmente nos estratos



correspondentes às idades de frequência escolar, e alargando no topo sobretudo nos estratos correspondentes a idades a partir dos 70 anos.

Os dados apresentados no quadro seguinte, com respeito aos níveis de instrução da população do concelho de Montalegre, confirmam a existência de importantes carências nas áreas da instrução e qualificações da população residente.

Quadro 1 - População residente segundo o nível de ensino atingido e taxa de analfabetismo (2001)

		Con	celho de		
Nível de ensino atin	gido	ido Montalegre		Portugal	
(2001)			%		%
		%	acumulada	%	acumulada
Superior		5%	5%	11%	11%
Secundário		8%	13%	16%	27%
3º Ciclo		9%	22%	11%	38%
2º Ciclo		12%	34%	13%	51%
1º Ciclo		40%	74%	35%	86%
Nenhum		26%	100%	14%	100%
Taxa de	1991	:	24%		11%
Analfabetismo	2001		23%		9%

Mais de dois terços da população do concelho tem como habilitações máximas o 1° ciclo do ensino básico (com 26% sem terem sequer atingido este nível) e apenas 22% têm habilitações correspondentes (ou superiores) à actual escolaridade obrigatória (3° ciclo) em 2001. A Taxa de Analfabetismo (22.6% em 2001) é mais de 2.5 vezes a média de Portugal e teve uma evolução positiva (redução de 1.5 pontos percentuais) abaixo da média



nacional (redução de 2 pontos percentuais) na década de 1991 a 2001. Estes baixos níveis de qualificação da população residente constituem um entrave ao desenvolvimento do concelho e um desafio sério para o sistema educativo.

As principais potencialidades do concelho assentam primordialmente:

- Na riqueza e variedade do seu património natural e construído que, conjugado com a rica gastronomia e os produtos tradicionais, constituem recursos turísticos que importa valorizar e potenciar.
- Nas fontes de geração de energia (aproveitamentos hidro-eléctricos, eólica);
- •No desenvolvimento das actividades agro-pecuárias, tirando nomeadamente partido das raças autóctones e dos produtos tradicionais (como o fumeiro, o presunto, os enchidos, as carnes, etc.) e explorando nichos de mercado para os quais a qualidade e tradição sejam valores relevantes.

Partindo do Diagnóstico Social do concelho, apresenta-se um quadro-síntese onde constam os pontos fortes e os pontos fracos nas diferentes áreas de intervenção.

Para uma melhor contextualização e inserção do concelho na região e no país, foram feitas consultas a documentos de nível mais abrangente, nomeadamente o Plano de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006), o Programa Operacional Regional do Norte (2000-2006) e o Diagnóstico Prospectivo da Região Norte.

Quadro 2 - Dinâmicas demográficas e sócio-familiares

Pontos fortes	Pontos fracos
• População idosa como mais	 Baixa densidade populacional;
valia de transmissão de saberes	• Regressão da estrutura
e valores culturais;	demográfica:
• Permanência de fortes laços de	• Baixa taxa de natalidade e
solidariedade familiar e social;	elevada taxa de mortalidade



•	Condições naturais/património	•
	natural com forte atractividade	
	externa;	

- Aumento da população idosa
 e diminuição da população
 jovem, com aumento
 sistemático do índice de
 envelhecimento.
- Queda acentuada da taxa de fecundidade
- Aumento do índice de dependência de idosos;
- Isolamento social decorrente da dispersão geográfica;
- Diminuição do número de famílias clássicas;
- Taxa negativa de crescimento natural;
- Perda de expressão das famílias numerosas;
- Concentração de famílias com 1 e 2 residentes;
- Tendência para o êxodo rural, designadamente da população jovem;
- Declínio demográfico e aceleração da desertificação.

Oportunidades

Valorização dos conhecimentos e saber-fazer tradicionais e específicos das populações idosas;

- Oportunidade de criação de emprego nas áreas de apoio aos idosos;
- Valorização social do património natural/cultural dos territórios.

Ameaças

- Ausência de políticas capazes de fixar a população jovem;
- Atractividade dos meios urbanos nacionais e internacionais sobre os mais jovens;
- Isolamento geográfico.



Câmara Municipal de Montalegre Quadro 3 - Habitação

Pontos fracos
 Diminuição do número de alojamentos de residência habitual; Falta de infra-estruturas nos alojamentos; Existência de um número considerável de alojamentos sem casa de banho; Débil cobertura ao nível da rede de esgotos e saneamento básico; Degradação do parque habitacional tradicional; Elevado peso dos alojamentos de residência sazonal no universo dos alojamentos clássicos; Aumento da desertificação e risco de aumento de abandono das habitações; Degradação da unidade paisagística com as novas arquitecturas das habitações.
Ameaças
 Falta de políticas de habitação que se adaptem às zonas mais rurais do concelho de Montalegre; Inexistência de uma lógica de respeito pelo ambiente e pela paisagem; Ausência de programas específicos de apoio à



Câmara Municipal de Montalegre ilidade de obtenção de Não inserção no te

- Facilidade de obtenção de crédito habitação.
- Não inserção no terreno, por desadequação, do programa SOLARH;
- Aculturação/importação de modelos arquitectónicos que degradam a paisagem natural.

Quadro 4 - Caracterização sócio-educativa

 Existência de uma rede de transportes escolares que cobre todo o concelho; Existência de dois agrupamentos de escolas; Cursos de ensino recorrente; Diminuição da taxa de analfabetismo; Aumento da escolarização dos 	
jovens em idade escolar; • Boas taxas de cobertura do préescolar e 1º Ciclo; • Melhoria das condições físicas das escolas de 1º Ciclo e préescolar; • Existência de projectos educativos; • Existência de uma residência de estudantes do Ministério da Educação.	 Elevada taxa de analfabetismo Baixos níveis de escolaridade Sub lotação das escolas do 1° Ciclo Carência de estruturas de apoio (cantinas e espaços ATL) do ensino pré-escolar e 1° Ciclo Escolas do 1° Ciclo geograficamente dispersas e com poucos alunos; Elevada taxa de insucesso escolar, especialmente no 7° e 10° anos Elevados índices de absentismo escolar relativamente ao ensino recorrente Deficit do ensino recorrente e cursos de alfabetização Decréscimo da população estudantil Instabilidade do corpo docente Pouca flexibilidade e desadequação dos currículos escolares em relação à realidade Elevada taxa de alunos



Camara Municip	<u> </u>
	subsidiados
	Ausência de cursos profissionais
	e escassez de cursos
	tecnológicos
	Carência de recursos físicos e
	humanos para crianças e jovens
	com necessidades educativas
	especiais
	Falta de equipamentos
	desportivos nas escolas
	primárias
	 Desmotivação e baixa
	participação dos pais no
	percurso escolar dos filhos
	 Fraca dinâmica das comissões
	de pais
	Dificuldades de socialização das
	crianças /baixa rentabilidade
	dos recursos disponíveis
	Ausência de equipas
	multidisciplinares de
	intervenção psicossocial e
	pedagógica
Oportunidades	Ameaças
Criação do Conselho Municipal	• Diminuição da população
de Educação	infanto – juvenil
• Aumento da escolaridade	• Encerramento das escolas do 1º
obrigatória	Ciclo por falta de alunos
Obrigatoria	Cicio por faita de afuños
• Isenção de pagamento de	• Falta de recursos financeiros
transportes escolares a todos os	para contratação de recursos
alunos, até ao 9º ano de	humanos na área social
alunos, até ao 9º ano de escolaridade	humanos na área social • Encerramento do GAIJ por
, ,	
escolaridade	• Encerramento do GAIJ por



- Elaboração da carta educativa
- Criação de pólos escolares
- Candidaturas а cursos de Formação / Educação, PRODEP, 10° ano profissionalizante
- Escola inclusiva
- Maior consciência social sobre as necessidades específicas das Necessidades crianças com Educativas Especiais
- Criação da Sala de Apoio Permanente.

- Ausência de politicas consertadas dois entre agrupamentos de escolas
- Falta de formação específica dos professores do ensino especial

Quadro 5 - Saúde

Pontos fortes	Pontos fracos
 Existência de um centro de saúde e 9 extensões que oferecem os cuidados primários de saúde; Melhoria da qualidade de vida local; 	 Insuficiência de recursos humanos especializados; Número elevado de utentes por médico de família; Inexistência de condições de funcionalidade nas extensões
 Centro de saúde com unidade de internamento; Aumento do número de 	médicas; • Sub-utilização dos equipamentos do centro de
farmácias; • Existência de uma policlínica particular com diversas especialidades;	saúde; • Infra-estruturas físicas inacessíveis a deficientes motores;
 7 clínicas de medicina dentária; Aumento do número de consultas; 	 Distância aos hospitais centrais, com ausência de transportes públicos adequados;
• Diminuição da taxa de mortalidade infantil;	Ineficácia dos programas de planeamento familiar;



Camara municip	ai de Montalegre
Monitorização e domiciliação do	• Inexistência de respostas a
plano de vacinação infantil;	grupos populacionais
• Existência de algumas consultas	problemáticos (alcoolismo,
de especialidade no centro de	toxicodependência e doenças do
saúde (pequena cirurgia,	foro mental);
ginecologia)	• Valorização cultural do
• Unidade de radiologia;	consumo de álcool;
	• Inexistência de consultas de
	várias especialidades;
	• Ausência de técnicos da área
	social;
	social,
	Acessibilidades reduzidas dos
	,
	Acessibilidades reduzidas dos
Oportunidades	• Acessibilidades reduzidas dos utentes aos serviços (distância –
Oportunidades • Implementação de consultas por	Acessibilidades reduzidas dos utentes aos serviços (distância – meios de transporte)
•	Acessibilidades reduzidas dos utentes aos serviços (distância – meios de transporte) Ameaças
Implementação de consultas por	 Acessibilidades reduzidas dos utentes aos serviços (distância – meios de transporte) Ameaças Políticas financeiramente
Implementação de consultas por videoconferência	 Acessibilidades reduzidas dos utentes aos serviços (distância – meios de transporte) Ameaças Políticas financeiramente
 Implementação de consultas por videoconferência (pedopsiquiatria e dermatologia; 	 Acessibilidades reduzidas dos utentes aos serviços (distância – meios de transporte) Ameaças Políticas financeiramente

Quadro 6 - Acção Social

Pontos fortes	Pontos fracos
 Aumento de técnicos no terreno, no âmbito do Projecto de luta contra a pobreza "Terras de Barroso" Parcerias existentes no território Serviços mais próximos da população e da comunidade Maior consciencialização dos direitos de cidadania Rede social 	 Aumento significativo do n.º de pensionistas sós, sem rectaguarda familiar, em situação de dependência Sobrelotação dos equipamentos de apoio à 3ª idade Insuficiente taxa de cobertura de equipamentos de apoio à 3ª idade e de creches Ausência de apoio domiciliário



- Equipa técnica multidisciplinar e interinstitucional com dinâmicas activas para a inserção
- Implantação territorial de um projecto de luta contra a pobreza
- Existência no concelho de um núcleo da Cruz Vermelha
- Rede informal de solidariedade
- Baixa taxa de incidência do RMG/RSI

integrado

- Ausência de equipamentos intergeracionais
- Carência de técnicos da Segurança Social no terreno
- Ausência de equipamentos ou estruturas de apoio à problemática da deficiência na infância e na juventude bem como a jovens em perigo
- Ausência de equipamentos para a juventude
- Ausência de equipamentos de actividades dos tempos livres
- Ausência de uma bolsa de famílias de acolhimento (crianças e idosos)
- Ausência de um centro de recursos para situações de emergência
- Baixo Nível das prestações do sistema de solidariedade e segurança social
- Dificuldade na criação de condições para uma progressiva inserção social e profissional
- Falta de serviços de apoio a problemáticas sociais específicas: alcoolismo, toxicodependência
- Baixas qualificações escolares e profissionais dos beneficiários do RMG
- Desconhecimento dos serviços de apoio à população deficiente e necessidade de maior



ai de Montalegre
articulação com as instituições
competentes
• População idosa com baixos
rendimentos, despesas de saúde
acrescidas e isolamento
Ameaças
• Deficit de pessoal técnico na
área social
• Aumento de situações de
subsidio-dependência
Tendência para o aumento do
n.º de idosos isolados sem
rectaguarda familiar e
carenciados
Distância - transportes - área
territorial
Aumento de menores em perigo
• Ausência de estruturas que
apoiem os planos de inserção
social dos beneficiários do
RMG/RSI

Quadro 7 – Caracterização Sócio-Económica

Pontos fortes	Pontos fracos
Elevado nível de aproveitamento	• Zona eminentemente rural de
de ajuda à implementação de	minifúndio e produção extensiva



- projectos de desenvolvimento agrícola
- Existência de infraestruturas/zonas industriais
- Organização de eventos locais, estrategicamente potenciadores de novas actividades económicas (Feira do Fumeiro, Feira da Vitela, Feira do Cabrito)
- Existência de associações de desenvolvimento local e regional
- Aumento do número de empresas ligadas à área do turismo cultural
- Produção de produtos de qualidade (mel, pão, enchidos, etc)
- Expansão e qualificação da oferta de alojamento turístico, designadamente unidades hoteleiras de categoria superior, sustentadas nos recursos endógenos
- Existência de espaços amplos, não poluídos, com recursos naturais e paisagísticos singulares e com recursos hídricos;
- Existência de um património cultural e histórico de elevadas potencialidades, disseminado um pouco por todo o concelho;
- Existência de produtos tradicionais com Denominação de Origem Protegida (DOP)

- Agricultura de subsistência e subsídio - dependente
- Fraca capacidade de mobilização de recursos endógenos (investimento e recursos humanos)
- Abandono gradual da actividade agrícola
- Estrutura económica excessivamente dependente do sector primário e dos serviços públicos, mantendo-se a concentração do sector secundário e terciário na sede do concelho
- Insuficiente informação, divulgação e apoio técnico às empresas e aos cidadãos
- Tecido empresarial débil, com limitações ao nível da gestão e da receptividade à inovação, à modernização e à competitividade
- Fraco nível de desenvolvimento industrial
- Debilidade das estruturas e/ou associativas de produtores
- Insuficiente rede de acessibilidades aos grandes centros
- Debilidade dos serviços e estruturas de apoio à actividade económica
- Ausência de rede de comercialização



- Elevado grau de especialização na indústria granítica que aproveita muita da mão-de-obra disponível na região;
- Existência de uma cooperativa agrícola.
- Existência de associações de agricultores e produtores de raças autóctones que visam ultrapassar as carências sentidas por esta categoria
- Zona com grande área de paisagem protegida – PNPG

Oportunidades Ameaças

- Existência de recursos naturais que possibilitam a diversificação de actividades e de serviços conexos
- Aumento da procura de produtos de qualidade de cariz marcadamente territorial, sendo de destacar os produtos da fileira agrícola (fumeiro, cabrito, vitela) o lazer e o turismo
- Incentivos do III QCA
- Condições para a produção e comercialização de produtos certificados com DOP
- Possibilidade de diversificação nas actividades agrícolas (com ênfase na reconversão das culturas existentes, promoção dos produtos locais de qualidade

- Crise estrutural no sector agrícola
- Agravamento do declínio dos sectores tradicionais sem reconversão económica
- Insuficiente potencial efectivo de atracção de novos investimentos
- Desaproveitamento das sinergias entre os sectores agrário, ambiental e turístico
- Desvalorização social de actividades e profissões tradicionais
- Ausência de expectativas dos agricultores
- Imagem de uma região em crise (interior do país), o que constitui, por si só, um factor de não atractividade



- e desenvolvimento da agricultura biológica) e actividades conexas
- Existência de incentivos à criação de micro-empresas
- Aumento do fluxo turístico no cencelho
- Procura crescente de serviços ligados ao turismo, ao lazer e a serviços de proximidade
- Crescente consciencialização para a rentabilização dos recursos endógenos (culturais, ambientais, patrimoniais)
- Implantação, no terreno, do
 Ecomuseu do Barroso,
 dinamizador e potenciador de
 políticas activas de
 desenvolvimento sustentado
- Existência de projectos específicos para as áreas classificadas do PNPG
- Crescente valorização dos produtos locais de qualidade, face a uma procura específica crescente e exigente em matéria de qualidade alimentar, incorporados na imagem do concelho

- Baixa escolarização e envelhecimento da população agrícola
- Subaproveitamento dos abundantes recursos naturais existentes
- Inexistência de circuitos e estruturas eficazes de divulgação, promoção e comercialização dos produtos
- Fracas ligações do ensino com o mundo empresarial
- Baixa capacidade de iniciativa empresarial

Quadro 8 - Emprego / Desemprego / Formação Profissional

Pontos fortes	Pontos fracos
• Estagnação dos índices de desemprego	 Excessiva dependência do sector terciário e das actividades
• Existência no concelho de	



entidades acreditadas para formação profissional

- Valorização crescente dos recursos endógenos enquanto potenciadores da criação do auto-emprego e do saber-fazer tradicional
- Promoção de cursos de formação em temáticas importantes e úteis para a população do concelho;
- Crescente número de microempresas e de empresários em nome individual, em áreas afectas ao turismo e saberes tradicionais
- Elevada taxa de aproveitamento de programas de incentivo à formação.

primárias

- Manutenção de esquemas de trabalho precário e sazonal
- Mão-de-obra pouco qualificada, associada a baixos níveis de produtividade
- Sectores económicos tradicionais não apresentam dinâmica suficiente para gerar empregos suficientemente atractivos e estáveis, o que não cria condições para a fixação de mãode-obra mais qualificada
- Baixas qualificações dos empregadores
- Elevada taxa de emigração
- Elevada taxa de desemprego
- Maior incidência do desemprego feminino
- Formação profissional desligada das necessidades da estrutura produtiva local
- Jovens à procura do 1° emprego sem formação qualificante
- Elevado número de desempregados de longa duração
- Sub-emprego
- Significativa distância do Centro de Emprego em relação ao concelho, o que dificulta a procura de emprego e de formação

Oportunidades	Ameaças	
• Maior sensibilização para o	• Dificuldade em contornar o	
emprego de mão-de-obra nas	desemprego (baixas	



actividades tradicionais

- Melhoria constante dos níveis de escolaridade da população
- Programas ligados ao mercado social de emprego: POCs/ Estágios Profissionais/ Programas de Inserção/ Emprego/Programa Vida -Emprego
- Microcrédito
- Procura crescente de serviços ligados às actividades tradicionais, às actividades sociais e aos serviços de proximidade
- Apoio à criação de auto-emprego
- Apoio e incentivos à (re) inserção sócio-profissional de jovens em risco.
- Possibilidade de criação de empresas de inserção
- Apoios e incentivos à criação do auto-emprego

- qualificações, elevada idade da população desempregada)
- Dificuldade de inserção / colocação da população desempregada, beneficiária do RMG / RSI
- Inexistência de indústrias capazes de absorver a mão-deobra local
- Inexistência de mão-de-obra disponível com qualificações adequadas
- Aumento dos riscos de desemprego nas camadas intermédias da população activa com deficiente qualificação devido a mudanças e reconversões sectoriais

Quadro 9 - Associativismo e equipamentos culturais e recreativos

Pontos fortes	Pontos fracos		
Elevado número de associações			
Apoio por parte da Autarquia às	• Reduzida dinâmica do		
associações	movimento associativo		
• Existência, em construção, de	• Insuficiente capacidade		
um complexo multiusos	financeira e organizacional para		
Ecomuseu de Barroso	a promoção e animação regular		
• Espírito de entreajuda	de projectos		



comunitária	• Existência de associações inactivas	
Oportunidades	Ameaças	
Possibilidade de realização de	o Crescente espírito de	
eventos desportivos, recreativos,	individualismo e concorrência	
culturais e de cariz sócio-	individual	
económico	o Decrescente sentido do	
• III QCA – programas nacionais e	"comunitário"	
comunitários na área da cultura		
e desenvolvimento local		

2 - Mobilidade e movimentos intra-concelhios

2.1 – As Infra-estruturas de Transporte. Estrutura e Caracterização

2.1.1. A REDE DE ESTRADAS NACIONAIS

O Concelho de Montalegre, por força da sua área (805 Km²), pode afirmar-se que apresenta algumas carências e insuficiências viárias, em matéria de estradas nacionais, carências que não se restringem apenas ao número e extensão de estradas nacionais no concelho, mas também à qualidade dos traçados existentes ou, se quisermos, aos vários elementos que caracterizam as vias, o que as impede de desempenharem cabalmente as funções requeridas pelo desenvolvimento económico e social.



	PRN 1985	PRN 2000
	(Metros)	(Metros)
EN 103	49.800	49.800
EN 103-8	7.950	-
EN 103-9	-	12.950
EN 308	20.200	-
EN 308-4	12.350	-
EN 308-5	6.900	-
EN 311	9.350	-
EN 311-1	4.800	-
	111.350	62.750
ER 311	-	9.350
ER 311-1	-	4.800
		76.900

Fonte: PRN 1985 e PRN 2000.

Quadro 10 - Comparativo da extensão de Estradas Nacionais no Concelho de Montalegre.

Com a aprovação do PRN de 2000, promoveu-se, em termos legislativos, duas ideias estruturantes ao nível das políticas de transporte. Por um lado, a necessidade de reclassificar as diversas categorias de estradas sob a tutela da Administração Central, o que implicou reajustamentos hierárquicos em algumas vias e a transferência de outras para o domínio municipal; por outro lado, com base numa consciência mais regionalista, criou-se uma outra categoria de estradas designadas de Estradas Regionais.

Importa salientar, desde já, que esta nova configuração que o Plano Rodoviário Nacional definiu não trouxe nenhuma compensação qualitativa



ou quantitativa para o Concelho de Montalegre, o que denota uma falta de atenção, por parte da Administração Central, para as dificuldades de acessibilidade externa, relativamente aos centros mais periféricos.

Perante este enquadramento e da análise do quadro apresentado, constatase que do PRN de 1985 para o PRN de 2000 houve uma significativa redução na extensão de estradas nacionais que passam a existir no Concelho de Montalegre. Em 1985, apresenta-se uma estrutura viária composta por oito estradas, que tinham como objectivo, por um lado, proporcionar uma travessia transversal do concelho, sentido Este-Oeste, mas que estavam paralelamente distanciadas em termos latitudinais (EN 103 / EN 308 e EN 308-5), por outro procuravam promover uma travessia longitudinal no concelho, sentido Norte-Sul, (EN 103-8, EN 308, EN 308-4, EN 311 e EN 311-1).

A situação, em 2006, por força do PRN de 2000, resume-se apenas a duas estradas nacionais no concelho: a EN 103 e a EN 103-9. Como foi referido, surgem com este novo plano rodoviário as estradas regionais que, no caso do Concelho de Montalegre, vão coincidir com as antigas estradas nacionais EN 311 e EN 311-1, agora ER 311 e ER 311-1. Esta designação de estradas regionais deve-se ao facto de estas comunicações públicas rodoviárias serem, segundo a Administração Central, do interesse supra-municipal e serem complementares à rede rodoviária nacional.

Perante o Plano Rodoviário Nacional de 2000, a estrutura da rede viária nacional que serve o Concelho de Montalegre é constituída fundamentalmente por um eixo que atravessa transversalmente o concelho, a EN 103, e que apresenta uma extensão de cerca de 50 Km. É esta via que permite, de forma mais cómoda e rápida, a ligação ao concelho a Braga e à Área Metropolitana do Porto. Contudo, apesar de ser o principal eixo viário que atravessa o Concelho de Montalegre, não serve directamente a sede de concelho. Além disso, o seu traçado, apesar das diversas regularizações,



apresenta ainda troços pouco dignos para desempenhar cabalmente as funções que lhe compete, isto em função da importância estruturante que este eixo tem para o concelho, pois foi criado com o intuito de ligar o litoral ao nordeste transmontano. Pela positiva, é de referir que esta estrada deve ser um património a ter em conta, pois passa pela zona das barragens, junto às serras do Gerês e do Barroso, sendo uma das mais valiosas do país, sob o ponto de vista paisagístico e ambiental.

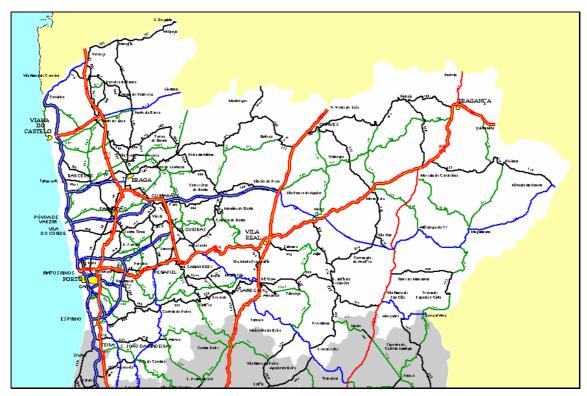
Existe ainda um outro eixo referenciado, a EN 103-9, que apresenta um sentido Norte-Sul e faz a ligação da EN 103 para a sede de concelho, seguindo em direcção ao concelho espanhol de Xinzo de Límia. Aparecemnos ainda as estradas regionais ER 311 e a ER 311-1, vias que apresentam alguma importância supra-municipal pois estabelecem um eixo de ligação entre quatro concelhos (Boticas, Cabeceiras de Basto, Chaves e Montalegre) e permitem ainda a ligação à EN 103 e irão contribuir para a ligação da EN 103 à A7, itinerário que melhor ligação proporcionará à zona industrial do Vale do Ave e à Área Metropolitana do Porto.

Houve, como podemos constatar, um conjunto de estradas que foram desclassificadas, passando umas para o domínio municipal e outras para o estatuto de estradas regionais, o nível hierárquico mais baixo nas estradas sob a tutela da Administração Central. Este panorama, ao nível das infraestruturas rodoviárias, em nada beneficiou os interesses de desenvolvimento do concelho, pois à forte quebra da densidade das estradas nacionais temos de adicionar o facto de estarmos num território do interior, de baixa densidade (15,8 Hab/Km²) e que nos últimos 40 anos perdeu cerca de 60% da sua população. Mesmo assim, o PRN de 2000 não previu qualquer tipo de investimento, quer em termos quantitativos ou qualitativos.

Perante este quadro, qualquer política de desenvolvimento regional terá de passar, necessariamente, por uma actuação voluntarista e de equidade, por parte do Estado, para com um território parco em infra-estruturas



rodoviárias de índole nacional. Será com este tipo de pensamento e de planeamento que se poderá amenizar e sarar a "sangria demográfica" que tem severamente percorrido o Concelho de Montalegre.



Fonte: IEP.

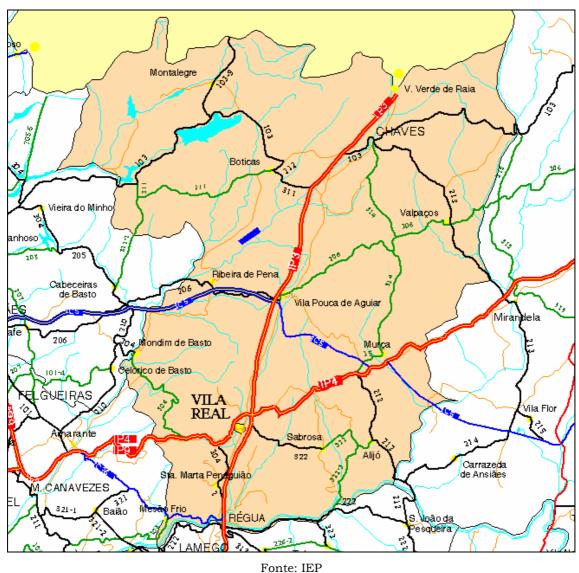
Mapa 1 - Rede rodoviária, segundo a proposta do PRN de 2000.

Para evidenciar este aspecto basta visualizarmos o mapa do PRN de 2000, e verificamos que as novas vias previstas, A24 e A7, irão localizar-se a cerca de 20 Km dos limites do concelho, quer a Este, quer a Sul, respectivamente, contudo, ao nível da rede de estradas nacionais, não se perspectivou, visto a proximidade das novas vias de circulação, a necessidade do concelho estar também ligado a esta rede de estradas que, além de nacional, é também europeia, por forma a proporcionar o seu desencravamento físico.

Também, por força da ligação institucional do território nacional à União Europeia, será deveras importante que o Estado planeie uma via de matriz nacional que tenha em vista uma ligação do concelho à auto-estrada



espanhola das Rias Baixas (A-52) que apenas se localiza a 15Km do território nacional, uma vez que a situação existente comporta uma ligação por estrada municipal com condições de segurança reduzidas, não se adequando às características exigidas para uma via de ligação principal entre dois concelhos de nacionalidade diferente (Montalegre e Xinzo de Límia).



Mapa 2 - Pormenorização do PRN de 2000 no Distrito de Vila Real.





Fonte: DGTT

Mapa 3 - Rede rodoviária e ferroviária de Portugal em 2006.



2.1.2. A REDE DE ESTRADAS MUNICIPAIS

No presente estudo, considerou-se como rede viária municipal o conjunto das estradas e caminhos municipais bem como as vias não classificadas que permitem a circulação de veículos automóveis. A extensão, tipologia e estudo actual da rede viária municipal, constam da tabela 1, em anexo.

	1983	2006
TIPO DE VIA	(Metros)	(Metros)
Estradas Municipais	127.300	168.850
Caminhos Municipais	112.100	150.150
Vias não Classificadas	45.900	52.300
Total	285.300	371.300

Fonte: Plano Municipal de Transportes de 1983 e Levantamento Próprio.

Quadro 11 - Comparativo da extensão da Rede Viária no Concelho de Montalegre.

Perante a análise do quadro 11, constata-se que no espaço de 23 anos a rede viária municipal aumentou em 85 Km a sua extensão, ou seja 23,2%, aumento que se deveu a algumas novas construções, mas também ao aparecimento, no património viário municipal, das estradas que antes pertenciam à tutela da Administração Central. Como complemento a este quadro, apresenta-se dois mapas, em anexo, que evidenciam o empenhamento demonstrado pelo município nos últimos anos para resolver os problemas de acessibilidades e, mais concretamente, as acessibilidades nas áreas rurais, bem como as ligações aos concelhos limítrofes.

A análise dos mapas, permite verificar a evolução gráfica da rede viária no período entre 1983 e 2006, respectivamente, e desde logo se conclui que a rede viária municipal apresenta uma estrutura marcadamente radial, com origem na sede de concelho ou nos eixos EN 103, EN 308 e ER 311.



Constata-se também que existe um conjunto de ligações directas entre a sede do concelho e algumas sedes de freguesia, cujas condições de ligação têm melhorado substancialmente, o que tem contribuído para a melhoria da acessibilidade interna do concelho. Contudo, existem ainda algumas localidades que estão nas extremidades do concelho que, devido a uma falta de cultura intermunicipal ao nível do planeamento rodoviário, estão bastante mal servidas no que diz respeito ao seu desencravamento físico.

Com a crescente autonomia das autarquias locais, notou-se também que se tem tornado mais frequente a construção de vias com traçados não classificados. Aliás, na maior parte dos casos, as alterações introduzidas pelo município são determinadas por razões de melhor adequação às necessidades reais das zonas envolvidas, quer sob o ponto de vista económico, quer social, uma vez que é, de facto, o município, em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, quem melhor pode avaliar as necessidades reais de acesso às diversas zonas do seu território.

Perante este quadro, e face às responsabilidades acrescidas que o município actualmente possui em matéria de transportes, às alterações sistematicamente introduzidas na classificação das vias, bem como à construção de outras não previstas naquela classificação, torna-se necessária a existência de uma outra inventariação mais pormenorizada com o levantamento de outros indicadores úteis para a melhoria da mobilidade intra-concelhia (qualidade dos traçados, sinalização horizontal e vertical). É necessário, também, que se inventarie, de forma sistemática, as vias municipais existentes e estabeleça uma codificação própria de toda a rede a fim de facilitar não só o trabalho de planeamento a médio e longo prazo, mas também a programação dos investimentos necessários à construção de novas vias e à manutenção das existentes.

Dado o peso dos investimentos necessários à melhoria e conservação das vias construídas, parece-nos oportuno que haja uma atenção especial na



programação anual ou plurianual das acções a desenvolver neste domínio. É também importante, após se ter procedido a uma inventariação mais completa da rede viária municipal, que haja por parte dos serviços técnicos da câmara uma forte preocupação em manter o respectivo cadastro devidamente actualizado e, se possível, com maior quantidade de informação.

Pode assim dizer-se que, de uma forma geral, os problemas de viação rural têm de ser equacionados em termos diferentes dos tradicionais, designadamente quanto à hierarquização e classificação das vias, normas técnicas de projecto (dimensionamento), critérios de planeamento e programação, registo da extensão e estado de conservação das vias construídas e na recolha sistemática dos elementos referentes aos investimentos efectuados e às despesas de manutenção e exploração (sinalização e fiscalização) das vias.

3. Análise do sistema de educação

a) Caracterização da procura (número de alunos dos últimos 5 anos)

ESCOLA PROFISSIONAL DAS MINAS DA BORRALHA

Ano lectivo 2001/2002:

5° ano - 28

6° ano – 24

7° ano - 31

8° ano - 28

9° ano - 34

10° ano - 23 (12+11)*

11° ano - 14 (9+5)*



12° ano - 15 (7+8)*

TOTAL - 197

* Cursos tecnológicos de Administração e Serviços Sociais

Ano lectivo 2002/2003:

5° ano – 28

6° ano - 26

7° ano – 24

8° ano – 26

9° ano – 25

10° ano - 20 (15+5)*

11° ano – 14 (4+10)*

12° ano - 16 (8+8)*

TOTAL - 179

* Cursos tecnológicos de Administração e Serviços Sociais

Ano lectivo 2003/2004:

5° ano – 24

6° ano - 28

7° ano – 29

8° ano – 24

9° ano - 23

10° ano - 22 (16+6)*

11° ano - 16 (11+5)*

12° ano - 18 (7+11)*

TOTAL - 184

* Cursos tecnológicos de Administração e Serviços Sociais

Ano lectivo 2004/2005:

5° ano - 28



6° ano -27

7° ano – 25

8° ano – 27

9° ano – 23

10° ano - 24**

11° ano - 19 (13+6)*

12° ano - 17 (10+7)*

TOTAL - 190

- * Cursos tecnológicos de Administração e Serviços Sociais
- ** Curso tecnológico de Informática

Ano lectivo 2005/2006:

5° ano - 25

6° ano – 25

7° ano - 25

8° ano - 23

9° ano – 25

10° ano - 24**

11° ano – 12**

12° ano - 14 (9+5)*

TOTAL - 173

- * Cursos tecnológicos de Administração e Serviços Sociais
- ** Curso tecnológico de Informática

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO BAIXO BARROSO

Ano lectivo 2001/2002:

Pré-escolar - 75

1º Ciclo

1° ano - 52



- 2° ano 40
- 3° ano 39
- 4° ano 55
- **TOTAL 186**

2º Ciclo

- 5° ano 19
- 6° ano 25
- **TOTAL 44**

3º Ciclo

- 7° ano 27
- 8° ano 36
- 9° ano 43
- **TOTAL 106**

Secundário

- 10° ano 11
- 11° ano 13
- 12° ano 15
- **TOTAL 39**

Ano lectivo 2002/2003:

- Pré-escolar 83
- 1º Ciclo
 - 1° ano 41
 - 2° ano 60
 - 3° ano 38
 - 4º ano 38



TOTAL - 177

2º Ciclo

5° ano – 27

6° ano – 16

TOTAL - 43

3º Ciclo

7º ano - 33

8° ano - 31

9° ano - 24

TOTAL - 88

Secundário

10° ano - 16

11° ano – 7

12° ano – 16

TOTAL - 39

Ano lectivo 2003/2004:

Pré-escolar – 80

1º Ciclo

1º ano - 28

2° ano – 59

3° ano – 44

4° ano – 39

TOTAL - 170



2º Ciclo

5° ano – 31

6° ano – 25

TOTAL - 56

3º Ciclo

7° ano – 31

8° ano – 25

9° ano – 29

TOTAL - 85

Secundário

10° ano - 14

11° ano – 6

12° ano – 13

TOTAL - 33

Ano lectivo 2004/2005:

Pré-escolar - 66

1º Ciclo

1º ano - 30

2° ano – 32

3° ano – 47

4° ano – 47

TOTAL - 156

2º Ciclo

5° ano – 28

6° ano – 29



Câmara Municipal de Montalegre **TOTAL - 57**

3º Ciclo

7° ano – 38

8° ano – 26

9° ano – 21

TOTAL - 85

Secundário

10° ano - 20

11° ano – 9

12° ano – 7

TOTAL - 36

Ano lectivo 2005/2006:

Pré-escolar - 63

1º Ciclo

1º ano - 29

2° ano – 37

3° ano – 29

4º ano – 46

TOTAL - 141

2º Ciclo

5° ano – 26

6° ano – 24

TOTAL - 50

3° Ciclo



7º ano - 33

8° ano - 32

9° ano - 24

TOTAL - 89

Secundário

10° ano - 18

11° ano – 9

12° ano – 8

TOTAL - 35

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTALEGRE

Ano lectivo 2001/2002:

Pré-escolar – 153

1º Ciclo

1° ano – 75

2° ano – 72

3° ano – 68

4° ano – 85

TOTAL - 300

2º Ciclo

5° ano – 89

6° ano – 78

TOTAL - 167

3º Ciclo

7° ano – 131



8° ano – 109

9° ano – 93

TOTAL - 333

Secundário

10° ano – 97

11° ano – 61

12° ano – 58

TOTAL - 216

Ano lectivo 2002/2003:

Pré-escolar - 163

1º Ciclo

1° ano – 77

2º ano - 88

3° ano – 63

4° ano – 79

TOTAL - 307

2º Ciclo

5° ano – 67

6° ano – 87

TOTAL - 154

3º Ciclo

7° ano - 98

8° ano - 95

9° ano - 110



Câmara Municipal de Montalegre **TOTAL - 303**

Secundário

10° ano – 92

11° ano - 48

12° ano – 47

TOTAL - 187

Ano lectivo 2003/2004:

Pré-escolar – 156

1º Ciclo

1º ano - 67

2° ano – 84

3° ano – 78

4º ano - 63

TOTAL - 292

2º Ciclo

5° ano – 72

6° ano – 73

TOTAL - 145

3° Ciclo

7° ano – 102

8° ano – 82

9° ano – 86

TOTAL - 270

Secundário



10° ano – 90

11° ano – 62

12° ano – 58

TOTAL - 210

Ano lectivo 2004/2005:

Pré-escolar – 153

1º Ciclo

1° ano - 74

2° ano – 70

3° ano – 81

4º ano – 83

TOTAL - 308

2º Ciclo

5° ano - 63

6° ano – 75

TOTAL - 138

3º Ciclo

7° ano – 87

8° ano - 91

9° ano – 66

TOTAL - 244

Secundário

10° ano - 26 * +62

11° ano – 41

12° ano – 61



Câmara Municipal de Montalegre **TOTAL - 190**

* curso tecnológico de Acção Social

Ano lectivo 2005/2006:

Pré-escolar - 139

1º Ciclo

1º ano - 61

2° ano - 83

3° ano - 62

4º ano – 88

TOTAL - 294

2º Ciclo

5° ano – 88

6° ano – 58

TOTAL - 146

3º Ciclo

7° ano – 99

8° ano – 70

9° ano – 90

TOTAL - 259

Secundário

10° ano - 18 **+47

11° ano – 58

12° ano – 51

TOTAL - 174



**curso profissional de Ordenamento do Território

No ano lectivo de 2005/2006, na Escola Secundária Bento da Cruz, teve início um Curso de Educação e Formação (Técnico de Electricidade e Energia) frequentado por 15 alunos, já incluídos na listagem acima.

Para o ano lectivo 2006/2007, na mesma escola, está previsto o início do curso profissional Técnico de Gestão Hoteleira e ainda outro Curso de Educação e Formação (Empregado de Mesa).

b) Caracterização dos transportes escolares

Os transportes escolares são entendidos como o serviço de transporte entre o local de residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino, serviço este que é destinado a alunos que frequentam o pré-escolar, o 1°, 2° e 3° ciclos e o ensino secundário.

O transporte escolar é gratuito para os estudantes abrangidos pela escolaridade obrigatória, tendo a Câmara Municipal de Montalegre isentado do pagamento da comparticipação em transportes escolares todos os alunos, independentemente da idade, que frequentem o ensino até ao 9° ano de escolaridade.

O processo de acesso ao transporte escolar, por parte dos alunos, é assumido pelas direcções executivas dos Agrupamentos, tendo a Câmara Municipal a obrigação de elaborar o plano de transportes, tendo como base a previsão do número de alunos que os utilizarão, localidades de proveniência e de destino, horário de funcionamento das escolas e existência de transportes públicos que as sirvam.



As competências do Conselho Consultivo de Transportes Escolares, previsto no Decreto-Lei nº 299/84, passam agora a ser exercidas pelo Conselho Municipal de Educação, de acordo com o Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro.

O plano de transportes elaborado para o ano lectivo de 2005/2006 é o que a seguir se indica, sendo que os itinerários foam concebidos em função das necessidades transmitidas por cada escola relativamente à proveniência de cada aluno que necessita do transporte escolar.

PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES

Ano Lectivo 2005/2006 Circuitos Especiais de Aluguer de Autocarros

A.1.- Autocarros de 52 lugares

		Nº de alunos				Transportado
Circuito nº	Localidade	2º Ciclo	3º Ciclo	Secund.	Total	r
	Salto	6	11	8		
	Corva	0	0	0		
Circuito nº 1	Amial	0	2	0		
70,4 Kms	Bagulhão	1	3	0		
	Lodeiro D'Arq.	0	0	0		
Venda Nova	Reboreda	1	0	1		
	Venda Nova					
	L	1			ı	ı



	Total		ie mor		
			L	L	
	Fafião	1	4	0	
	Pincães	1	2	0	
Circuito n.º 2	Barca	0	0	0	
120,80 Kms/dia	S. Ane	0	0	0	
	Cabril	7	7	6	
	Vila Nova	0	4	2	
	Ferral	5	3		
	Venda Nova				
	Total				
		Pré	1° CEB		
	Ant. Sarraqui.	1	3		
	Sarraquinhos	2	3		
	Pedrário	0	7		
Circuito n.º 3	Pedrário Cepeda	0 1	$\begin{bmatrix} 7 \\ 2 \end{bmatrix}$		
	Cepeda	1	2		
	Cepeda Zebral	1 2	2 3		
	Cepeda Zebral S. Mateus	1 2 0	2 3 0		
	Cepeda Zebral S. Mateus Codeçoso	1 2 0 0	2 3 0 1		
	Cepeda Zebral S. Mateus Codeçoso Meixedo	1 2 0 0 0	2 3 0 1 3	1	
	Cepeda Zebral S. Mateus Codeçoso Meixedo Gralhas	1 2 0 0 0 0	2 3 0 1 3	1 0	
	Cepeda Zebral S. Mateus Codeçoso Meixedo Gralhas Padornelos *	1 2 0 0 0 1 2	2 3 0 1 3 1 5		
	Cepeda Zebral S. Mateus Codeçoso Meixedo Gralhas Padornelos * Sendim	1 2 0 0 0 1 2 0	2 3 0 1 3 1 5	0	
	Cepeda Zebral S. Mateus Codeçoso Meixedo Gralhas Padornelos * Sendim Padroso	1 2 0 0 0 1 2 0	2 3 0 1 3 1 5	0	
Circuito n.º 3 127,90 km/dia)	Cepeda Zebral S. Mateus Codeçoso Meixedo Gralhas Padornelos * Sendim Padroso Bairro Crasto	1 2 0 0 0 1 2 0	2 3 0 1 3 1 5	0	0

A.2.- Miniautocarros

7



C	amara wan	cipai (<u> </u>	<u>Ttare</u>	<u> </u>
Circuito n.º 4	Pereira	2	4	0	
33 Kms	Pomar da Rainh	3	0	0	
	Salto	6	12	4	
			12	·	
	Borralha				
	Total	11	0	0	
			l		
	Pisões	2	2	2	
	Friães	1	0	0	
	Vila da Ponte	1	6	1	
	Ladrugães	2	0	0	
Circuito n.º 5	Pondras	1	3	1	
(137,20 km/dia)	Reigoso	0	3	0	
	Currais	0	1	0	
	S. Fins	0	0	0	
	Ormeche	0	3	0	
	Codeçoso	2	3	0	
	Venda Nova				
			<u>l</u>		
	Total	9	21	4	34
			<u>l</u>		
		Pré	1° CEB		
	S. Pedro	0	1		
	Travassos	2	3		
Circuito n.º 6	Sezelhe	2	3		
(82 km/dia)	Mourilhe	3	4		
	Sabuzedo	1	3		
	Donões	2	5		
	Montalegre				
	L		L		-1
	Total	10	19	0	29
	Lapela	2	1	1	
	I	1	ı		ı



	Total	2	4	2	8
	Cabril				
	Vila Boa	0	0	0	
62 Kms	S. Lourenço	0	0	0	
Circuito n.º 7	Chelo	0	0	0	
	Xertelo	0	1	1	
	Azevedo	0	2	0	

Circuitos Especiais de Aluguer de Veículos Ligeiros

			Nº de a		Transportado	
Circuito n.º	Localidade	2°	3°			r
Circuito II.	Bootinadae	ciclo	ciclo	Secund.	Total	1
I	Ant.Sarraquinhos	2	0	2		
(12 km)	Sarraquinhos					
II	Zebral	0	1	3		
(12 km)	Cr. S. Mateus					
III	Lamas	2	4	0		
(23,6 km)	E.N. 103					
IV	Bustelo	0	1	0		
(18 km)	Fervidelas	0	1	0		
	E.N. 103					
V	Telhado	2	1	0		
(23,2 Km)	Pisões					
				<u> </u>	ı	
	Total					
				<u> </u>		
VI	Ponteira	1	0	1		
				•		



Câmara Municipal de Montalegre
(20,40 km) | Fervença | | | |

(20,40 km)	Fervença				
	Paradela				
	•	•			•
	Total				
VII	Sacozelo				
(74,40 km)	Penedas	0	4	1	
	Covêlo do Gerês				
	Total				
VIII	Linharelhos	0	1	1	
(16 km)	Borralha				
	Takal				<u> </u>
	Total				
IX	Beços	0	2	1	
(60 km)	Carvalho	0	0	0	
,	Tabuadela	0	1	0	
	Reboreda	1	1	3	
	Cerdeira	0	0	0	
	Salto				
			_		1 _
	Total	1	4	4	9
X	Friães	2	4	3	
(6 km)	Pisões				
	Total	2	4	3	9
XI	Viade de Cima	0	3	1	
(12 km)	Viade de Baixo	1	4	2	
	E.N. 103				
	Antigo Viade	1	1	1	
	E.N. 103				



0 012		<u>-pac- a</u>			<u>_</u>
	Total	2	8	4	14
				<u>I</u>	ı
XII	Carvalhais	0	0	0	
(11,20 km)	Morgade				
	Total				
XIII	Rebordelo	0	1	0	
(18,40 km)	Morgade				
				1	
	Total				
XIV	Cela	1	2	0	
(22 Km)	Paradela				
				1	
	Total				
				•	

Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Primário

			Nº de a	Transportado	
Circuito n.º	Localidade		1°		r
Onodito II.	Bocanadae	Pré	Ciclo	Total	•
XV	Padornelos	0	5		
(22,80 km)	Casais da Veiga				
	Montalegre				
					'
	Total	0	5		
	,				ı
XVI	Padroso	2	2		
(20 km)	Montalegre				
	Total	2	2		
					·



XVII	Cambezes	2	0	
(24 km)	Montalegre			
	Total	2	0	
XVIII	Lamachã	1	0	
(56 Km)	Negrões	4	0	
(c/ hora de Almoço-Morgade)	Vilarinho Negrões	0	0	
	Morgade	1	1	
	Rebordelo	1	0	
	Aldeia Nova			
	Total	7	1	
	l			
XIX	Telhado	1	2	
(26 km)	Lama da Missa	1	1	
(20 Kiii)	Pisões	1	1	
	115000			
	Total	2	3	
	lotai		<u> </u>	
XX	Friães	0	5	
(13 km)	Corga do Caneiro	0	1	
	Bairro da Alegria	0	1	
	Bairro da Moleira	0	1	
	Estrada Velha	0	1	
	Pisões			
	_			
	Total	0	9	
	L			
XXI	Lamas	0	2	
(24 Km)	Bustelo	0	1	
	Brandim	2	1	
	Fervidelas	0	1	
	Pisões			
				1



	Total	2	5	
			L	
XXII	Parafita	0	1	
				3 Viade de
(48 km)	Antigo Viade	2	1	Baixo
				3 Viade de
	Viade de Cima	5	0	Baixo
	Pisões			
			l .	
	Total	7	2	6
XXIII	Pisões	11	19	
(24 Km)	hora de almoço			
(' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' '				
	Total	11	10	20
	Totai	11	19	30
		1 4	T 0	
XXIV	Contim	1	0	
(42 km)	S. Pedro	1	0	
	Fiães do Rio	0	3	
	Paradela			
	Total	2	3	
XXV	Ponteira	0	3	
(20,40 km)	Fervença	0	1	
	Paradela			
			T	
	Total	0	4	
			I.	
XXVI	Covelães	1	1	1 Outeiro
(58 Km)	Paredes	0	2	2 Outeiro
•	Parada	2	0	3 Outeiro
	Outeiro	1	0	
	Paradela			
		1	l	



	_	4	_	
	Total	4	3	6
XXVII	Viveiro	3	0	
(84 km)	Pardieiros	3	0	
/ deslocações á hora de				
almoço	S.ta Marinha	3	0	
	Sacozelo	1	0	
	Nogueiró	1	0	
	Ferral			
	Total	11	0	
			I	I
XXVIII	Lapela	0	0	
	Barreirinhas	1	0	
(58,40 km)	Azevedo	0	1	
	S. Lourenço	1	3	
	Bostochão	0	0	
	S. Vicente	1	0	
	Cavalos	1	0	
	Chãos	0	1	
	Cabril			
	Total	4	5	
XXIX	Fafião	1	1	
(36 km)	Pincães	0	1	
	S. Ane	1	1	
	Ponte Cabril	1	0	
	Cabril			
	•			
	Total			
		<u> </u>	ı	ı
XXX	Codessoso	1	8	
(68,80 km)	Padrões	0	1	
	Venda Nova	4	2	Motel
	•	į.	•	•



*	Pereira		0	
	Amiar	0	1	7 Salto
	Pomar Rainha	0	1	11 V. Nova
	Golas	0	0	11 v. 110va
	Salto			
	Sano			
			T	Γ
	Total	5	13	18
* Os alunos do 1º CEB do Venda Nova	e Codessoso são tra	nsportac	los para	a escola da
XXXI	Reigoso	1	1	
(62 km)	Currais	0	3	
C/ deslocação hora de almoço	Pondras	0	1	
Restaurante	Ormeche	1	1	
Restaurante	Ladrugães	0	3	
	Vila da Ponte		3	
	viia da l'offic			
	Total	2	9	
XXXII	Venda Nova		11	2- Motel
(10 Km) - Hora de almoço	Codessoso			
	Total			
XXXIII	Solveira	3	1	
(18 km)	Vilar de Perdizes			
	Total	3	1	
XXXVII	Penedas	0	5	
(13,80 km)	Bairro Carvalhal		5	
, - ,	1			



Covelo Gerês		
Total		
	Covelo Gerês Total	

Circuitos efectuados em Transportes Colectivos

Circuito nº	Localidade	N	° de alunc	_	Total	Transportador
Circuito II		2º Ciclo	3º Ciclo			Transportation

		T.				
1	S. Fins	0	0	0		REDM
	Pondras	0	0	1	1	
	Ladrugães	0	0	2	2	
	Reigoso	0	0	1	1	
	Total	0	0	4	4	
	Pisões	0	2	1	3	REDM
	(Telhado)	2	2	0	3	
	(Lama Missa)	2	0	0	2	
	(Friães)	2	4	3	9	
	(Lamas)	2	4	1	6	
2	(Bustelo)	0	1	0	1	
(08h30m)	(Fervidelas)	0	1	0	1	
	(Bradim)	1	0	0	1	
	Antigo Viade	1	1	1	3	
	Viade de Cima	3	1	0	4	
	Viade de Baixo	1	4	2	7	
	Total	14	20	8	42	
	Parafita	3	5	3	11	
(09h30m)	Penedones	3	2	3	8	



	Camara	t iviui.	пстра.	i uc r	ATOTT	laicgic
	Travassos	0	5	0	5	
	Castanheira	1	2	0	3	
	Total	7	14	6	27	
	S. Vicente	2	3	0	5	
09h30m)		1	1	1	3	
091130111)	Medeiros	1	3	3	7	
	Mederros	1	3	3	/	
	en e		7	4		
	Total	4	7	4	15	
			Total		88	
3	Lamachã	5	4	1	10	
		0			3	
(08h30)	Negrões Morgade	4	1 3	2 1	8	
	(Carvalhais)	0	0	0	0	
	(Rebordelo)	0	1	0	1	
	Barração	0	2	0	2	
	(Fírvidas)	0	2	0	2	AVTamêga
	(Peirezes)	2	3	3	8	Avianiega
	Gralhós	0	2	0	2	
	Gorda	2	1	2	5	
	Gorda	2	1		3	
	Total	13	19	9	41	
4	Vilar de Perdizes	4	10	1	15	AVTâmega
4	Vilar de Perdizes	4	10	1	15	AVTâmega

Total

56



Circuitos efectuados por Veículos Municipais

PERCURSO Nº 1

Circuito		N	° de alur	nos		
n°	Localidade	2° Ciclo	3° Ciclo	Secund.	Veículo	Motorista
						José

		•		1
Total	6	16	8	30

1 Solveira 1 10 2 Autocarro (08h30m) Santo André 5 3 6 Gralhas 0 3 0

	Meixide	2	0	4	
	Pedrário	0	2	2	
	Serraquinhos	0	2	0	
2	(Ant.Serraq)	2	0	2	
(09h30m)	Cepeda	0	2	3	
	Cr. S.				
	Mateus	0	0	0	
	Zebral	0	1	3	
	Codeçoso	0	3	1	
	Meixedo	0	0	3	
	Quinta Veiga	0	0	0	
1					

	Total	4	10	18	32
--	-------	---	----	----	----

Total

62

Mesquita

Circuito	Localidade	N	° de alur	108	Veículo	Motorista
Circuito	Localidade	2°	3°	Secund.	veiculo	Wiotorista



		<u> </u>	T T		Mini	Fernando
(08h30m)	Aldeia Nova	6	4	1	autoca.	Pires
17h	Alueia Nova		-	1	97-01-HG	rnes
1711					97-01-11d	
	Total	6	4	1	11	
	Iotai	0	'			
		Pré	1°CEB		1]
	Penedones	3	6			
	Travassos	0	0			
9hoo	Castanheira	0	1			
31100	Medeiros	1	5			
	Total	4	12		16	
	Total	4	12		16	
	Paradela	4	5	3	16	
	Paradela (Ponteira)	4 1	5 0	1	16	
	Paradela (Ponteira) Loivos	4 1 1	5 0 1	1 0	16	
18h30	Paradela (Ponteira) Loivos (Cela)	4 1 1 1	5 0 1 2	1 0 0	16	
18h30	Paradela (Ponteira) Loivos (Cela) Fiães	4 1 1 1 3	5 0 1 2	1 0 0 0	16	
18h30	Paradela (Ponteira) Loivos (Cela) Fiães Vilaça	4 1 1 1 3 0	5 0 1 2 0 3	1 0 0 0 2	16	
18h30	Paradela (Ponteira) Loivos (Cela) Fiães Vilaça Contim	4 1 1 1 3 0	5 0 1 2 0 3 0	1 0 0 0 2 0	16	
18h30	Paradela (Ponteira) Loivos (Cela) Fiães Vilaça Contim S. Pedro	4 1 1 1 3 0	5 0 1 2 0 3	1 0 0 0 2	16	
18h30	Paradela (Ponteira) Loivos (Cela) Fiães Vilaça Contim	4 1 1 1 3 0	5 0 1 2 0 3 0	1 0 0 0 2 0	16	



Circuito		N	° de alur	108		
n°	Localidade	2°	3°		Veículo	Motorista
	200000000	Ciclo	Ciclo	Secund.	. 010 0110	11100011000

1	Pitões	4	10	4	Autocarro	João Barros
(08h30m)	Parada	0	1	2		
(17h30m)	Outeiro	1	5	0		
	Paredes	0	4	0		
	Covelães	1	2	0		
	Sezelhe	1	0	0		
	Travassos					
	Rio	0	0	3		
	Frades	0	0	0		
	Mourilhe	1	0	0		
	Sabuzedo	2	0	0		
	Donões	1	0	1		
	Total	7	12	6	25	
2	Paradela	4	5	3		
2 (9h30m)	Paradela (Ponteira)	4 1	5 0	3		
	(Ponteira)	1	0	1		
	(Ponteira) (Cela)	1 1	0 2	1 0		
	(Ponteira) (Cela) Loivos	1 1 1	0 2 1	1 0 0		
	(Ponteira) (Cela) Loivos Fiães	1 1 1 3	0 2 1 0	1 0 0 0		
	(Ponteira) (Cela) Loivos Fiães Vilaça	1 1 1 3 0	0 2 1 0 3	1 0 0 0 2		
	(Ponteira) (Cela) Loivos Fiães Vilaça Contim	1 1 1 3 0 0	0 2 1 0 3 0	1 0 0 0 2 0		
	(Ponteira) (Cela) Loivos Fiães Vilaça Contim	1 1 1 3 0 0	0 2 1 0 3 0	1 0 0 0 2 0	12	



Circuito n° Localidade Ciclo Ciclo N° de alunos 2° 3° Ciclo Secund. Total Motorista							
n° Localidade Z Total Motorista	Circuito		N	° de alur	nos		
	n°	Localidade	2		Secund.	Total	Motorista

	Total	13	21	6	40	
	Venda Nova	2	5	1	8	
	Padrões	0	1	0	1	
	Viveiro	1	0	0	1	
	Pardieiros	0	0	0	0	
	(Penedas)	0	4	1	5	
	Covêlo	4	6	3	13	
	S.ta Marinha	2	0	0	2	
(09h30m)	Nogueiró	4	3	1	8	
1	Paradela	0	2	0	2	Fortun
Circuito						João

Circuito		N	° de alur	nos		
0	2°	3°			Matariata	
n°	Localidade	Ciclo	Ciclo	Secund.	Veículo	Motorista

1	Cambezes	1	4	0	9 lugares	José Horácio
	Donões	1				
	Sabuzedo	2				
	Mourilhe	1				
(8h30)	Montalegre				48-59-RP	
		I	I.			1
	Total	5	4	0	9	
						J
	Padornelos	2	1	1]
	1 adollicios			1		
2	Sendim	0	0	0		



(18h00m)	Padroso	2	3	4		
	Casais Veiga	0	0	0		
	Ponte da					
	Pedra	2 *				*1° CEB
	Total	4	4	5	13	
	10001		•	Ū		

Circuitos onde a responsabilidade do transporte escolar é da respectiva Junta de Freguesia, por transferência de competências.

Junta de Freguesia de Cervos

Circuito nº	Localidade				Transportador		
Circuito ii	Locandade	Pré	1° CEB	2º ciclo	3° ciclo	Secund.	Transportador
1	Cervos			2	3	0	J. F. Cervos
(8h30m)	Arcos			0	3	0	
	Vilarinho Arcos			0	2	0	
	Montalegre						
2	Vidoeiro	-	-	0	1	0	
(09h30m)	Cortiço	-	-	1	1	2	
	Montalegre						
3	Cervos	3	0	-	-	-	
(09h30m)	Vilarinho Arcos	0	0	-	-	-	
1° CEB	Arcos						
4	Vidoeiro		2	-	-	-	
(09h30m)	Cortiço		1	-	-	-	
	Fírvidas	1	1				



Gralhós	0	6	-	-		
Peirezes	0	1	-	-	-	
Gorda	0					
Montalegre						

Total

4 11 3 10 2	30
-------------	----

Junta de Freguesia da Chã

Circuito nº	Localidade			Nº de alu	inos		Transportador
on cano n	Localidade	Pré	1° CEB	2º ciclo	3° ciclo	Secund.	Transportador
1	Torgueda			1	1	1	J. F. Chã
(09h30)	S. Vicente						
2	Castanheira	-	-	1	2	0	
(09h30)	E.N. 103						
3	Travassos	-	-	0	5	0	
(09h30)	E.N. 103	-	-				
4	Peirezes			2	3	3	
	Gorda						
5	Penedones	3	6				
(09h00)	Aldeia Nova	0	1	-	-	-	
		I			1		<u> </u>

Total

	3	7	4	11	4	29
--	---	---	---	----	---	----

Junta de Freguesia de Salto

Circuito nº	Localidade	Nº de alu	inos	Transportador
Circuito ii	Localidade	Pré Primára	1° CEB	Transportador



1	Caniçó	1	3	J. F. Salto
	Lavaria Nova	0	2	
	Quartos Novos	7	1	
	Bairro Novo	0	8	
	Bairro Guarda	0	0	
	Jardim Inf. Borralha			
2	Beçós	0	0	
	Carvalho	0	0	
	Tabuadela	0	0	
	Reboreda	1	1	
	Cerdeira	1	0	
	Salto			
3	Bagulhão	1	0	
	Amial	1	0	
	Corva	3	0	
	Salto			
	Paredes	1		
	Salto			
	L		<u>l</u>	

Total	16	14	30

Junta de Freguesia de Tourém

Circuito nº	Localidade	Nº de alunos					Transportador
		Pré	1° CEB	2º cico	3º ciclo	Secund.	Transportador
	1	<u>, </u>		<u>, </u>			
1	Tourém *	3	0	3	3	2	
	Total	3	0	3	3	2	11



* Segundas-feiras e Sextas-feiras

c) Análise de fluxos/ análise de distâncias (distâncias e tempo de percurso)

Considerações Gerais

Em qualquer processo de planeamento de um sistema de transportes é fundamental a determinação da matriz origem/destino dos fluxos de passageiros e de mercadorias que utilizam esse sistema de modo a quantificar os respectivos níveis de procura de transporte por tipo de motivação da deslocação.

Em Portugal, os elementos estatísticos necessários ao estabelecimento dessas matrizes, para qualquer espaço geográfico (concelhio, regional e nacional), não estão disponíveis, obrigando, consequentemente, a inquéritos específicos, caso se deseje utilizar este importante instrumento de planeamento.

No que se refere aos fluxos de passageiros, iremos apresentar uma breve caracterização dos movimentos pendulares por razões de trabalho e de ensino. Quanto ao tráfego de mercadorias, os dados do Instituto de Estradas de Portugal não são suficientemente desagregados, a nível regional, para que os seus resultados possam ser utilizados em estudos de âmbito concelhio. Aliás, dado o carácter essencialmente rural do concelho em estudo, os principais fluxos internos de mercadorias dizem respeito a produtos com origem ou destino na agricultura o que, face à sua estrutura fundiária (minifúndio), dificulta enormemente a recolha de elementos suficientemente desagregados para o fim em vista.



Muito embora as deslocações residência-trabalho e residência-escola constituam as principais causas dos movimentos pendulares de passageiros, outras existem com alguma expressão. De entre estas últimas importa evidenciar as deslocações motivadas por razões comerciais, sobretudo nos dias de feira à sede do concelho, as quais têm um grande peso na estrutura e cargas da rede de transportes rodoviários colectivos regulares, pelos reforços das circulações.

FLUXOS DE PASSAGEIROS POR RAZÕES DE TRABALHO

Os fluxos pendulares por razões de trabalho correspondem ao número de postos de trabalho em empresas e serviços sedeados no concelho de Montalegre. Na impossibilidade de se fazerem levantamentos e inquéritos sobre as deslocações de passageiros, por motivo de trabalho, bem como dos concelhos limítrofes para o concelho de Montalegre, teve-se em conta, as deslocações diárias potenciais, cuja fonte são os dados do recenseamento de 2001.

Considerando os diversos sectores de actividade, o número de deslocações diárias potenciais totalizam 3818 e distribuem-se do seguinte modo:

- Para o sector primário: 1035;

- Para o sector secundário: 1044;

- Para o sector terciário: 1739.

Dos 3818 movimentos pendulares já referidos, 3208 dizem respeito a trabalhadores com local de residência no concelho e a trabalhar no concelho, os restantes 610 referem-se a trabalhadores residentes no concelho, mas a trabalharem noutros concelhos.

IRPTCR IRSP IRSS IRST



Camara Municipar				
MONTALEGRE	3208	1035	1044	1739
CABRIL	131	53	73	62
CAMBESES DO RIO	31	17	7	18
CERVOS	97	15	67	26
CHÃ	281	136	64	99
CONTIM	35	16	17	3
COVELÃES	56	37	9	15
COVÊLO DO GERÊS	45	14	27	17
DONÕES	22	14	5	9
FERRAL	118	36	49	64
FERVIDELAS	32	26	7	0
FIÃES DO RIO	16	1	18	5
GRALHAS	52	37	5	11
MEIXEDO	54	12	25	29
MEIXIDE	45	20	25	6
MONTALEGRE	710	29	107	639
MORGADE	89	55	5	29
MOURILHE	66	43	14	15
NEGRÕES	48	33	13	11
OUTEIRO	82	26	36	21
PADORNELOS	6	3	1	4
PADROSO	29	16	4	13
PARADELA	38	8	8	31
PITÕES DAS JÚNIAS	69	2	64	19
PONDRAS	44	25	4	19
REIGOSO	16	3	5	10
SALTO	340	99	160	254
SANTO ANDRÉ	61	35	15	21
VILAR DE PERDIZES				_
(S.MIGUEL)	132	44	50	45
SARRAQUINHOS	45	50	15	4
SEZELHE	23	4	11	8
SOLVEIRA	22	11	6	10
TOURÉM	53	32	6	20
VENDA NOVA	75	10	46	75
VIADE DE BAIXO	167	57	45	90
VILA DA PONTE	78	16	31	37



IRP-TCR Indivíduos residentes presentes a trabalharem no concelho de residência

IR-SP Indivíduos residentes empregados no sector primário

IR-SS Indivíduos residentes empregados no sector secundário

IR-ST Indivíduos residentes empregados no sector terciário

Quadro 12 – Deslocações por razões de trabalho.

A distribuição dos fluxos por razões de trabalho pode ser desagregada. Podemos estruturá-la numa configuração com as seguintes áreas: centro urbano de Montalegre, outras freguesias e concelhos limítrofes. Os fluxos entre as três áreas referidas, permitem constatar que as deslocações no interior do concelho têm como principais pólos de atracção o centro urbano e outras freguesias. Do conjunto das outras freguesias, Salto apresenta uma importância considerável na atracção de fluxos para o território do Baixo Barroso.

Em síntese, a estrutura das deslocações no concelho está polarizada pela respectiva sede e pela freguesia de Salto.

FLUXOS DE PASSAGEIROS POR RAZÕES DE ENSINO

A rede escolar é composta por dois centros escolares de recepção (Montalegre e Baixo Barroso), existindo ainda a Escola Profissional das Minas da Borralha. Assim, os fluxos pendulares de estudantes detectados incidem sobre estes três estabelecimentos de ensino a partir de diversas origens.

As deslocações no interior de cada freguesia não têm muito significado na perspectiva do sistema de transportes concelhio. Os que mais representam a estrutura de mobilidade são os movimentos atraídos pela sede de concelho e outros centros de recepção (freguesias de Salto e da Venda Nova). Neste caso há que considerar os fluxos gerados quer por motivo de trabalho, quer



por motivo escolar, cujos estabelecimentos de ensino se situam nas freguesias de Montalegre, Venda Nova e Salto (Minas da Borralha).

A sede de concelho exerce uma influência, em geral, sobre todas as freguesias do concelho, exceptuando a zona do sudoeste do concelho, onde se localizam as freguesias de Salto e da Venda Nova, as quais configuram, de per si, uma influência devido ao facto de possuírem estabelecimentos de ensino.

Agrupamentos de Escolas							
Destino		Baixo	Minas da				
Origem	Montalegre	Barroso	Borralha				
CABRIL		42					
CAMBESES DO RIO	6		_				
CERVOS	18		-				
CHÃ	65						
CONTIM	9		-				
COVELÃES	8		2				
COVÊLO DO							
GERÊS		18					
DONÕES	2		-				
FERRAL		16	_				
FERVIDELAS	1		_				
FIÃES DO RIO	5						
GRALHAS	4		-				
MEIXEDO	8		-				
MEIXIDE	6						
MONTALEGRE	12		-				
MORGADE	12		-				
MOURILHE	3		-				
NEGRÕES	14						
OUTEIRO	12		-				
PADORNELOS	6						
PADROSO	9						
PARADELA DO RIO	15	2					
PITÕES DAS	18						



JÚNIAS			
PONDRAS	1	8	1
REIGOSO	2	6	
SALTO		53	38
SANTO ANDRÉ	18		
SERRAQUINHOS	23		
SEZELHE	3		
SOLVEIRA	13		
TOURÉM	7		
VENDA NOVA		14	
VIADE DE BAIXO	44	7	
VILA DA PONTE	1	8	
VILAR DE			
PERDIZES	16		
	361	174	41

Quadro 13 - Deslocações por razões de ensino.

Em síntese, em termos de movimentos intra-concelhios, prevalecem naturalmente as ligações com a sede do concelho enquanto pólo administrativo e de serviços.

Indicam-se no quadro abaixo as distâncias e tempos de percurso entre algumas localidades mais periféricas do município e os dois principais aglomerados urbanos do concelho onde se prevê a instalação de pólos de oferta de ensino. Os tempos de percurso indicados consideram velocidades médias de 25km/h (mais próximo da velocidade em transporte público colectivo) e de 50km/h (mais próximo da velocidade em transporte individual).



Localidade	Distância a	(Km)	Tempo de Percurso (minutos)		
	Montalegre	Iontalegre Salto		50Km/h	
Tourém	29	-	70	35	
Pitões das Júnias	22,3	-	54	27	
Vilar de Perdizes	14,6	ı	35	18	
Meixide	19,6	-	47	23	
Cervos	15,9	1	38	19	
Lamachã	20	ı	24	48	
Paradela	20,5	ı	49	25	
Fafião	1	26,5	63	32	
Cabril	1	20,6	49	25	
Vila da Ponte	-	16	38	19	
Covêlo do Gerês	-	14,2	34	17	

A título de informação adicional, refira-se que a Carta Educativa do Concelho de Montalegre foi elaborada no âmbito da Associação de Municípios do Alto Tâmega da qual faz parte o Município de Montalegre.

Montalegre, 28 de Julho de 2006